

## A FORMAÇÃO DO CENTRO PRINCIPAL DE LONDRINA E O ESTUDO DA CENTRALIDADE URBANA<sup>1</sup>

William Ribeiro da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estudo da centralidade urbana revela as articulações existentes entre as diversas parcelas do espaço urbano, de modo a evidenciar as relações de concorrência e complementaridade presentes em tal espaço. A partir dessa perspectiva, este artigo versa sobre as relações e os interesses existentes no período de formação e consolidação do Centro Principal da cidade de Londrina que, nesse período, expressava uma centralidade única, representativa para diversos segmentos sociais, fato que se encontra alterado na atualidade. Apresentam-se, ainda, reflexões a respeito da evolução teórico-conceitual da centralidade urbana e chega-se a conclusão de que os primeiros modelos de explicação formulados não são suficientes para analisar as dinâmicas da cidade atual, mas, também, que as concepções de centralidade dialeticamente móvel, fluida, efêmera e dispersa, apresentam limitações para entender a dinâmica das cidades no início do século XX.

**Palavras-chave:** Centro Principal; Centralidade; Londrina; Estruturação Urbana.

---

### THE FORMATION OF THE MAIN CENTER OF LONDRINA AND THE STUDY OF URBAN CENTRALITY

**ABSTRACT:** The study of the urban centrality reveals the existent articulations among the several portions of the urban space, in way to evidence the competition relationships and complementarity's presents in such a space. Starting from that perspective, this article turns on to relationships and the existent interests in the formation period and consolidation of the Main Center of the city of Londrina that, in that period, it expressed an only centrality, representative for several social segments, fact that one find altered at the present time. They come, still, reflections regarding the theoretical-conceptual evolution of the urban centrality and the conclusion is arrived that the first explanation models formulated are not enough to analyze the dynamics of the current city, but, also, that the centrality conceptions dialectically piece of furniture, flowing, ephemeral and dispersed, they present limitations to understand the dynamics of the cities in the beginning of the century XX.

**Key-words:** Main Center; Centrality; Londrina; Urban Structuralization

---

## INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste artigo, uma discussão sobre a formação do Centro Principal de Londrina, levando em consideração os elementos que contribuíram para sua consolidação e os motivos que possibilitaram a expressão de sua centralidade para diferentes padrões de consumo, sob várias escalas.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir das discussões apresentadas no capítulo 2 da dissertação de mestrado intitulada "Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina", defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, no ano de 2002, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Maria Encarnação Beltrão Sposito e com financiamento da FAPESP.

<sup>2</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina; Mestre e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente-SP. Membro do Grupo de Pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais" - GASPERR. Bolsista CAPES. e-mail: williamribeiro@hotmail.com

Desta forma, principalmente através da pesquisa em fontes secundárias, aborda-se o surgimento do Centro Principal de Londrina e a sua consolidação. Apontam-se os motivos que permitiram a ocorrência do processo de descentralização e a correlata (re)centralização, partindo de uma breve apresentação do processo de colonização implementado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), no período de apogeu e decadência da cultura do café, que proporcionou a ocorrência de uma expressiva migração de pessoas para a cidade de Londrina, oriundas da zona rural ou de outros municípios da região de Londrina. Essa dinâmica estimulou um aumento populacional considerável e gerou uma modificação na estruturação do espaço urbano da cidade, provocando posteriormente, uma redefinição da centralidade.

Portanto, apresenta-se o ponto inicial do processo de centralização de Londrina, ou seja, o momento em que a produção do espaço urbano se fazia seguindo outra lógica.

## **ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS**

Considera-se fundamental realizar uma discussão sobre os conceitos de centro e centralidade pela sua importância para o entendimento da estruturação do espaço urbano nas escalas do espaço-tempo. Temos que considerar uma diferenciação nas abordagens dos estudos de áreas centrais e, para tanto, apresenta-se uma discussão sobre o conceito de centro e centralidade a partir do entendimento da estrutura e da estruturação do espaço urbano<sup>1</sup>.

Serão discutidas diversas linhas de interpretação histórico-conceituais, versando sobre a forma urbana a partir do que está fixo e do que está em movimento; do que é estático e do que é cinético. (SPOSITO, 1991; SANTOS, 1997; LEFEBVRE, 1999). Portanto, pretende-se uma análise que avance da forma ao conteúdo e que explicita a atuação e os interesses envolvidos na produção e na apropriação do espaço urbano<sup>2</sup>.

### **Discussão conceitual sobre centro e centralidade**

Sabe-se que as primeiras cidades datam da Antigüidade, mas o processo de intensificação e de disseminação da urbanização e, sobretudo, da ampliação da divisão social e territorial do trabalho nas cidades, ocorre a partir da consolidação do modo

---

<sup>1</sup> Considera-se a estrutura urbana como um recorte temporal da estruturação urbana que deve ser entendida como um processo, que apresenta um conceito semelhante ao de reestruturação, sendo utilizado por alguns autores com a noção de reforçar a idéia de ruptura e reconstrução.

<sup>2</sup> Para um maior entendimento da produção do espaço urbano ver Carlos (1994) e para a apropriação do espaço urbano, ver Remy e Voyé (1994).

capitalista de produção, resultado de várias transformações espaciais e temporais, sempre objetivando a acumulação do capital (MUMFORD, 1965; SPOSITO, 1997; CARLOS 1997; VASCONCELOS, 2000).

Desta forma, a cidade pode ser considerada como espaço de produção, circulação e consumo, portanto, inserida na lógica capitalista, que suscita a necessidade de concentrar equipamentos, atividades e serviços de modo que as relações econômicas e sociais possam conquistar maior dinamicidade.

Esta concentração leva a uma centralização urbana, constituindo áreas centrais, o que implica numa articulação diferenciada entre os usos do solo, alterando a forma urbana e tornando-a segmentada social e espacialmente.

As áreas centrais constituem uma atração, expressando centralidades urbanas, que podem ser múltiplas numa mesma cidade e devem ser entendidas a partir dos fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões, informações e, sobretudo, mercadorias.

É pela existência destes fluxos, que apontamos a necessidade da concentração anteriormente mencionada, de modo que a agilidade e a acessibilidade sejam favorecidas e, por conseguinte, a acumulação de capital se efetive mais facilmente.

Lefebvre (1999) lembra que a mais-valia foi primeiramente produzida no campo, mas se deslocou para a cidade na medida em que esta se transformou na sede da produção, do artesanato, depois da indústria, dando ao centro urbano um importante papel nos três aspectos da mais-valia<sup>1</sup>.

Então, temos a própria forma do espaço urbano provocando a concentração e a dispersão de pessoas, de atividades de infra-estrutura e equipamentos concentradas e acumulações diversas, sendo estes, orientados pela busca de maior acessibilidade, procurando ampliar a acumulação.

Segundo Sposito:

[...] O centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela (SPOSITO, 1991, p.6).

---

<sup>1</sup> A relevância em se mencionar a extração da mais-valia se deve à sua importância na (re)produção do modo capitalista de produção e, conseqüentemente à concentração de riquezas. Esta concentração se expressa também no espaço urbano.

Tem-se, então, a articulação das determinantes da reprodução da cidade pela centralidade, que se expressa pelas relações entre formas, funções e estruturas urbanas, levando a uma complexidade que pode ser modificada por vários fatores e que pode se expressar de forma diferenciada, de acordo com a mobilidade das condições de atratividade e acessibilidade. Assim, encontra-se a centralidade em duas escalas, a intra e interurbana e, ainda, em diferentes padrões sócioespaciais que revelam o aumento das desigualdades presentes no espaço urbano.

### **Abordagem Histórica dos estudos sobre as áreas centrais**

A análise das áreas centrais desperta interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, sendo que geógrafos, economistas, sociólogos, arquitetos, entre outros profissionais, iniciaram os estudos sobre tais áreas, baseados inicialmente, numa desigualdade da distribuição dos fenômenos, ou seja, partindo da concepção de que existem lugares com maior ou menor nível de concentração.

Partindo de interpretações que não analisavam diretamente as cidades, como Von Thünen<sup>1</sup> e Weber<sup>2</sup>, Walter Christaller, entre os anos de 1920 e 1930 na Alemanha, foi o primeiro a estudar as causas pelas quais as cidades se organizavam em torno de redes, ou seja, com diferenças de tamanhos, de “importância” e de funções centrais. Este autor avançou bastante no que diz respeito à construção conceitual da chamada “importância das áreas centrais” e, conseqüentemente, de seus bens territorializados, considerando haver uma relação de dependência entre cidades de acordo com a atuação econômica de seus habitantes (excedente ou déficit do lugar central<sup>3</sup>).

Como pode se verificar a seguir:

[...] Falemos, neste sentido, simplesmente, da ‘centralidade’ de um lugar com relação à região circundante, ou o grau em que a cidade exerce funções centrais. Dessa forma, estamos em condições de falar de uma centralidade maior ou menor, crescente ou decrescente, de um lugar (CHRISTALLER, 1981, p.29).

Posteriormente, outros autores vieram incrementar e aplicar a teoria proposta por Christaller, formando uma nova corrente de pensamento através da concepção da estrutura urbana.

---

<sup>1</sup> Von Thünen (1926) citado por Ablas (1982). Preocupou-se com a distribuição das áreas centrais no entorno das cidades.

<sup>2</sup> Weber, A. (1929) citado por Ablas (1982). Desenvolveu estudos sobre a lógica da localização industrial.

<sup>3</sup> O autor desenvolve a idéia de articulação entre as cidades e as regiões complementares, avançando no que Gradmann denominou de “principal vocação das cidades” que seria o centro de seus arredores rurais e mediadora do comércio local com o mundo exterior (Ablas, 1982).

A visão da estrutura urbana considera o centro como algo fixo, preocupando-se com a forma e com a localização, procurando realizar uma minuciosa descrição das áreas em estudo, visando evidenciar o padrão de concentração e estabelecendo modelos que dêem conta de explicar a forma do espaço urbano.

Esta linha de pensamento, defendida pelos membros da Escola Estruturalista de Chicago<sup>1</sup>, também conhecida por Ecologia Urbana<sup>2</sup>, recebeu muitas críticas pela Escola Francesa Clássica, por esta debruçar-se mais sobre a gênese histórica e sobre as características físicas da área em estudo, portanto, contrária à formulação de modelos.

Johnson (1974) analisa as estruturas urbanas a partir das diferentes teorias formuladas pela Escola de Chicago durante a primeira metade do século XX, e considera que elas derivam da apreensão de repetições na disposição geográfica das áreas, de acordo com uma série de fatores, como por exemplo, o valor do solo, a acessibilidade e o processo histórico de crescimento urbano.

Percebemos que nas diferentes teorias do uso do solo nas cidades, na Escola em questão, o que está em evidência é a localização e a generalização, constituindo a partir desses elementos, modelos. A seguir apresenta-se uma rápida síntese de cada uma, de acordo com a elaboração de Johnson (1974):

- a) O primeiro modelo apresentado foi o das “Áreas Concêntricas” formuladas por Burgess, em 1923, cuja organização espacial tinha como fundamental a consolidação do CBD urbano (Central Business District), o centro de negócios, e este seria circundado por áreas industriais de transição, em seguida por áreas de moradia operária e posteriormente de moradia burguesa;
- b) A segunda teoria/modelo, apresentada pelo autor é a “Teoria Setorial”, criada por Hoyt em 1939, sendo considerada um “aperfeiçoamento” da teoria das áreas concêntricas, pois também dispensava fundamental importância ao CBD urbano, como agente centralizador, mas acrescentaria o uso industrial que não se “encaixava” na teoria anterior;
- c) A terceira teoria/modelo exposta, é a dos “Núcleos Múltiplos”, formulada por Harris e Ullman, considerada mais complexa que as anteriores por aceitar a existência de centros secundários espacializados pela cidade. Johnson (1974) ainda chega a afirmar que esta contemplava aspectos sociais, econômicos e históricos das cidades

---

<sup>1</sup> A Escola de Chicago, que foi precursora da Geografia Quantitativa, buscou uma matematização da Geografia e influenciou grande parte das pesquisas, urbanas ou não, no mundo e inclusive, no Brasil. Encontrou como grandes adeptos/defensores, alguns dos pesquisadores da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro-SP e do IBGE, que limitaram a importância das pesquisas de campo e buscavam realizar análises sobre dados, gerando estatísticas à guisa de interpretação da realidade.

<sup>2</sup> Para maior conhecimento dos autores, que participaram desta escola de pensamento, é recomendada a consulta de Vasconcellos (1999).

e cita como exemplo o caso da cidade de Londres, que teria constituído sua área mais importante dos negócios sobre a cidade medieval.

Johnson (1974) defende a idéia de que a última teoria conteria implicitamente as duas antecessoras (Concêntrica e Setorial) e, por isso, deveria servir de guia orientador aos estudos de estrutura urbana, mas não como uma generalização rígida sobre a forma urbana das cidades.

Porém, percebe-se a nítida intenção na formulação de modelos, que são pautados no espaço fixo, ou seja, na estrutura urbana. Quando Johnson (1974), recomenda que os estudos devam seguir o modelo dos núcleos múltiplos<sup>1</sup>, parte do pressuposto equivocado que todas as cidades apresentam características semelhantes, no que diz respeito aos aspectos físico (topográfico) e histórico (social). Temos, então, uma generalização que pode obscurecer o conhecimento científico.

Esta forma de estudar o espaço a partir de critérios nitidamente economicistas, com bases filosóficas calcadas no Positivismo, não considerava os conflitos entre as classes sociais e reconhecia a segmentação e a segregação socioespacial como algo “natural”, não buscando uma interpretação das razões que levam a ocorrência de tais processos.

A contribuição de Soja embasa esse raciocínio:

[...] A Escola dos Ecologistas Urbanos de Chicago revelou a geometria geral da regionalização urbana particular, mas sepultou sua poderosa instrumentalidade sob uma obscurecedora ideologia do naturalismo e/ou do relativismo cultural. Posteriormente, essa instrumentalidade seria enterrada ainda mais fundo, à medida que a lógica da economia neoclássica tomou conta da teoria urbana e fez dela um espaço disciplinador próprio (SOJA, 1993, p.216).

Os membros da Escola Francesa não aceitaram as propostas da chamada Escola de Chicago e continuaram atribuindo importância aos estudos que buscassem valorizar a gênese e evolução dos processos, porém, mantendo-se restritos à idéia de estrutura urbana, ou seja, ao estudo do que está fixo no território, considerando pouco o que atua no seu interior e se movimenta, portanto, concebem como essencial à constituição da área central, e não da centralidade que irá se expressar a partir dela.

Beaujeu-Garnier (1980, p.210) afirma que:

---

<sup>1</sup> Esse modelo propugnava a formação de mais de uma área central, e o estabelecimento de relações de hierarquia de acordo com as atividades e os graus de importância que desempenhavam, sendo considerados centros secundários, terciários ou de apoio, que eram subordinados à dinâmica do que chamavam de Centro Principal, de Centro Tradicional, de CBD ou, simplesmente, de Centro.

[...] O comércio procura a posição mais central possível para tirar o máximo proveito da rede convergente de comunicações que caracteriza quase sempre as estruturas urbanas.

E aponta, também, para a existência de uma série de áreas centrais que aparecem de forma secundária ao CBD central, como os centros regionais, principais, centros comerciais sub-regionais, centros de bairros, centros de vizinhança, alinhamentos comerciais e áreas especializadas em certas funções.

Em síntese, os pesquisadores que adotam e/ou adotaram tal linha de pensamento, consideram a existência de uma espacialização das áreas centrais nas cidades, em ocasião da busca por maiores facilidades de acumulação de capital, sendo que se considera como fundamental o que está fixo, ou seja, os estabelecimentos e a infraestrutura instalada.

Sobre o centro de negócios, Beaujeu-Garnier (1980, p.339) afirma que:

[...] É a própria expressão do poder urbano, o coração vivo da cidade. Pela sua localização e extensão, pelos tipos de atividades nele concentrados, o estado de modernização ou de abandono que revela, os trabalhos que lhe asseguram a permanência, o progresso ou a reconquista, o centro de negócios traduz as fases da vida urbana, a sua continuidade ou alternância, os efeitos da política administrativa, assim como os das capacidades locais, nacionais e, por vezes, internacionais.

George (1983) expõe que o fato de haver diferenciação interna nas cidades é decorrente da existência de zonas que possuem caráter dominante, como as industriais, as de entreposto, as de manipulação e as de trânsito de mercadorias.

Portanto, encontra-se, tanto no texto de Beaujeu-Garnier quanto no de George (ambos da Escola Francesa), uma vinculação com o conceito de estrutura urbana, mas em ambos os casos, procuraram realizar uma série de estudos empíricos para nortear suas afirmações, partindo da gênese do processo urbano (histórico analítico) e aceitando diferenças de análise em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e, também, entre cidades de portes diferenciados.

Com um método diferente de entendimento, surge uma nova concepção de entendimento do espaço urbano através da noção da estruturação ou reestruturação urbana, a partir da qual se introduz a noção de continuidade e se consideram os diferentes interesses envolvidos em sua constituição.

Com a idéia de estruturação urbana, teremos uma interpretação que não se prenderá somente ao que está fixo no território, mas também ao que está em movimento - os fluxos.

Os pesquisadores que compõem tal linha de interpretação consideram que o espaço urbano é produzido e (re)produzido continuamente com a articulação e sobreposição dos diferentes usos do solo, possibilitando a visão do espaço urbano como um todo, ou seja, como um conjunto.

Segundo Lefebvre (1999), as funções, as estruturas e as formas não se mostram suficientes para explicar a essência do fenômeno urbano, encontrando apenas na centralidade o cerne da questão. Entendendo, esta, enquanto movimento dialético que constitui e destrói a cidade, que a cria e a estilhaça.

Encontra-se, portanto, na centralidade urbana o elemento que realiza a ligação com as demais partes da cidade, vista enquanto conjunto.

Lefebvre (1999, p.111) ainda acrescenta:

[...] A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações.

A partir dessa relação dialética, de criar/destruir, de centralizar/ descentralizar/ (re)centralizar é necessário estabelecer uma correlação com o conceito de estruturação/ reestruturação urbana.

Soja (1993) contribui para o debate considerando que reestruturação constitui uma ruptura de tendências seculares, evocando uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e de tentativa de reconstituição.

O autor ainda faz o relacionamento do processo de reestruturação com a evolução histórica, passando pelas insurreições urbanas dos anos de 1960, pela recessão mundial do período 1973-1975 e chegando até a sociedade que chama de Pós-industrial (atual), sendo que o ponto de partida é a ligação entre a reestruturação e a espacialização, o que gera (re)arranjos espaço-temporais.

Portanto, a estruturação urbana deve ser entendida enquanto processo de modificação contínua das estruturas urbanas, sendo estas, apenas recortes temporais dessa dinâmica. A produção e (re)produção do espaço urbano se faz de forma coletiva, mas sua apropriação se faz de forma privada, pois ocorre o consumo do/no espaço<sup>1</sup>, com caráter seletivo.

---

<sup>1</sup> Entende-se que além do consumo no espaço ocorre também o consumo do espaço pela transformação do espaço em mercadoria, que possui valorização e está sujeito à especulação fundiária/imobiliária. Para maior aprofundamento ver GOTTDIENER (1985).

Sobre a discussão da centralidade, Lefebvre (1999) afirma que a concentração presente no urbano se enfraquece e se rompe, necessitando um novo centro, uma periferia, um alhures. “A criação se interrompe, mas por sua vez para criar” (LEFEBVRE, 1999, p.112).

Continua ainda afirmando que:

[...] o urbano é cumulativo, de todos os conceitos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano.

Portanto, deve-se avaliar a relação entre as formas e os conteúdos entre os sujeitos e os objetos; Lefebvre (1999, p.112-113) destaca que há a tendência:

[...] a) à centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, da tendência que vai atualmente, até o centro decisional, encarnação do Estado, com todos os seus perigos; [...] b) à policentralidade, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação.

Percebe-se, portanto, uma tendência de descentralização e de uma conseqüente (re)centralização, expressando uma centralidade multicêntrica, que amplia a espacialização intra-urbana, distribuindo os fluxos e ampliando a diferenciação/ segmentação urbana. Estas novas centralidades podem aparecer em diferentes escalas, sendo de atuação intra e inter urbana, e se diferenciando quanto à camada social a que atendem, sendo, portanto, segmentada quanto ao nível de rendimento.

Nessa direção, Sposito (1991, p.16) afirma que:

[...] o processo de produção de novas formas/expressões da centralidade são reforçadores da noção de concentração, na medida em que se reproduz as formas de centralidade, ao se exprimir numa “poli(multi)centricidade” e, portanto, numa estrutura urbana multinuclear, que caminha para uma segregação espacial.

As novas centralidades que se formam podem se constituir em subcentros, que seriam áreas distantes do Centro Principal, e que apresentam uma gama de serviços e equipamentos que, em menor escala, conseguem atender as necessidades locais de uma certa população. Surgem, também, áreas de expansão do Centro Principal da cidade, sendo geralmente, especializadas em determinadas funções, e outras consideradas como de desdobramentos do Centro Principal e ainda os shoppings centers, que algumas vezes

atendem a uma escala urbana e interurbana e uma população com rendimentos mais elevados, pois tais empreendimentos são dotados de equipamentos que complementam ou substituem a importância do Centro Principal mononuclear, o que gera uma redefinição da centralidade que se expressa no/do espaço urbano, e amplia as diferenças existentes neste espaço, contribuindo para a ocorrência da segregação espacial, ou seja, para a eliminação das relações entre as pessoas de áreas com diferentes padrões sócio-econômicos.

Vários são os fatores<sup>1</sup> que contribuem para a ocorrência de novas centralidades, dentre eles apontaremos os que foram destacados por Sposito (2001): interesses imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços; acelerada expansão territorial urbana, gerando tecidos descontínuos e fragmentados; ampliação da diferenciação socioespacial; e melhoria das formas de transporte, com destaque para o aumento do uso do transporte individual.

É ainda importante ressaltar que as centralidades que se expressam de forma a ampliar a espacialidade urbana podem representar modificações em certas escalas temporais, sendo que são baseadas não apenas no que está fixo/estático, mas pelo que se movimenta/cinético, ou seja, nos fluxos. Desta forma, encontramos as centralidades que variam num mesmo dia com o encerramento do horário de funcionamento de atividades comerciais no centro tradicional, e no prolongamento do funcionamento de um shopping center, a título de exemplo.

Em síntese, verifica-se que a interpretação da dinâmica do centro e da centralidade através da estruturação urbana surge com o trabalho de vários pesquisadores que se apóiam na dialética marxista, pautada no materialismo histórico, como Manuel Castells e, sobretudo, Henri Lefebvre.

Desta forma, a articulação do espaço urbano através da centralidade é tida como fundamental por atrair as atividades, produtos e produtores para um determinado lugar, sendo uma área que precisa de muitas reflexões para se avançar conceitualmente e auxiliar no entendimento da própria dinâmica do espaço urbano, que se mostra conflituoso por apresentar facetas de concentração e dispersão, riqueza e pobreza, produção e destruição e da alienação e conscientização.

Percebe-se, então, que a análise das áreas centrais que expressam centralidades em diferentes escalas de abordagem e, também, com diferentes padrões socioeconômicos é fundamental para o entendimento do espaço urbano, em sua

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que a descentralização/(re)centralização ocorreu de forma mais clara e rápida nas cidades metropolitanas desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial, devido, principalmente, ao elevado crescimento espacial e populacional das cidades, mas recentemente este fato ocorre também nas cidades de porte médio.

estruturação/reestruturação, que se faz de forma contínua e que produz e (re)produz a descentralização/(re)centralização, pois se trata de um processo dinâmico.

Esse movimento de contínua redefinição termina por concentrar diferentes atividades econômicas e sociais, bem como os equipamentos urbanos, facilitando a tomada de decisões e, portanto, a própria (re)produção capitalista.

A análise de centro e centralidade, num contexto histórico-conceitual, permite verificar a evolução do conhecimento científico, que é cumulativo (assim como a própria estruturação urbana) e permite ampliar o debate sobre as formas urbanas, que não podem ser pensadas de maneira estática, através de modelos, mas sim, dinamicamente, com ênfase no estudo dos fluxos de pessoas, automóveis, decisões, conhecimento, capitais e, sobretudo, mercadorias.

Deve-se ressaltar, ainda, que a produção do espaço urbano não se faz de forma harmônica, mas sim a partir dos conflitos e/ou alianças entre os interesses das elites e dessas com as classes populares, mas sempre sob a força reguladora do poder público, que serve como instrumento de legitimidade às primeiras.

Lefebvre (1991, p.53) afirma que:

[...] A cidade se transforma não apenas em razão de 'processos globais' relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações 'cidade-campo', nas relações de classes e de propriedade.

Portanto, a policentralidade que amplia a segmentação socioespacial é decorrente dos conflitos das classes sociais e, conseqüentemente, da lógica da (re)produção da sociedade produtora de mercadorias.

Deve-se, ainda, considerar a noção de fragmentação do espaço urbano, que se aplica à compreensão da constituição de novas áreas periféricas, com a permanência dos chamados vazios urbanos, pois com o aumento do grau de dispersão da centralidade, surge uma tendência à interrupção das relações sociais entre camadas diferentes, desaparecendo a conexão entre as diferentes partes do tecido urbano, cujo papel de articulação, em tese, seria desempenhado pelo Centro Principal.

Salgueiro (1998) aponta a existência de enclaves territoriais distintos, sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca, e afirma que a fragmentação traduz o aumento interno da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios.

Entende-se, então, que o centro urbano que concentra e centraliza, atinge uma saturação, podendo surgir outro foco privilegiado de convergência, sendo o espaço urbano poli(multi)cêntrico (LEFEBVRE, 1999).

Isto se realiza na busca pela acessibilidade privilegiada que o centro urbano, suas áreas de expansão, seus desdobramentos, os subcentros e os shoppings centers geram, exercendo influência e conexão com as demais partes da cidade ou com uma área ou parcela de população específica, tornando a cidade um conjunto complexo, porém, nem sempre articulado.

Com isso, percebe-se que a análise histórico-conceitual ampliou as possibilidades de entendimentos da lógica de produção e de apropriação do espaço urbano, mas também é verdade que a própria dinâmica do espaço urbano se modificou nas últimas décadas, principalmente em função da maior acessibilidade possibilitada pelo aumento da dinamicidade dos transportes individuais e coletivos.

## **ORIGEM E FORMAÇÃO DO CENTRO PRINCIPAL DE LONDRINA**

### **Designação do Centro**

Antes do início da apresentação dos elementos e agentes que atuaram na formação e consolidação do Centro, é necessário tecer algumas considerações conceituais sobre a escolha de sua denominação. Resolveu-se adotar a terminologia “Centro Principal” para designar a área que possui relações com todo o conjunto do espaço urbano, ou seja, o centro responsável pela articulação interna e externa da cidade por acreditar que seria a melhor escolha para o caso de Londrina.

Várias são as expressões que já foram utilizadas para designação dos diferentes “graus hierárquicos” das áreas centrais, como de primeira, segunda e terceira importância, por Centro Tradicional, Centro Principal, Centro de Negócios (CBD) e Centro Histórico, alguns de acordo com a cronologia da área, outros com a variação espacial e outros com as funções desempenhadas pela área (BEAUJEU-GARNIER, 1980; SPOSITO, 1991, 2001; GEORGE, 1983; BOZZANO, 2000; CHRISTALLER, 1981; MÜLLER, 1956; CORDEIRO, 1980, CORRÊA 1994, 1995A, 1995B, 1997, 2000).

Beaujeu-Garnier (1980) afirma ter sido Proudfoot, em 1937, o primeiro a propor uma classificação em cinco graus: o CBD (o centro principal), os centros de negócios externos, os eixos comerciais principais, as ruas comerciais de vizinhança e os grupos de lojas isoladas.

A designação “Centro Histórico” não seria capaz de satisfazer as necessidades de relacionar o processo de redefinição da centralidade, pois estaria integralmente vinculada com a origem histórica da cidade, e não com as funções que desempenha ou com as escalas e tipos de centralidade que expressa em períodos mais recentes.

Outros autores utilizam a terminologia “Centro Tradicional”, a qual, também, não se enquadrava nas expectativas metodológicas da pesquisa na qual se baseia este texto, pois não contempla a variação espacial e temporal da área central, uma vez que se trata de uma caracterização que pressupõe uma vinculação cronológica o que ocultaria vários elementos importantes para a determinação e caracterização da centralidade expressa na cidade estudada.

Alerta-se que, em determinadas cidades de escala metropolitana, esta designação enfrenta alguns obstáculos epistemológicos, como se depreende do trabalho de Frúgoli Jr. (2000) sobre as centralidades em São Paulo, no qual pressupõe haver a existência de uma variação espacial e temporal das áreas de articulação com o conjunto do tecido urbano, e um deslocamento espacial e temporal da centralidade, não sendo possível empregar a expressão “Centro Tradicional”.

Com isso, de acordo com a estruturação da cidade de Londrina, que é o objeto de estudo desta pesquisa, a designação Centro Principal corresponde à leitura metodológica capaz de articular o teórico ao empírico, pois é uma área que expressa uma centralidade de escala intra e interurbana e, talvez seja a área da cidade onde se pode encontrar a maior variedade de perfis sociais e atividades funcionais.

## **O Surgimento do Centro de Londrina**

Londrina foi fundada em 21 de agosto de 1929, tendo surgido em uma “clareira na mata virgem”, foi elevada à condição de município em 10 de dezembro de 1934 (SCHWARTZ, 1997); portanto, um município relativamente jovem, mas que teve um crescimento populacional rápido, atingindo atualmente uma população de 446.849 habitantes<sup>1</sup>, sendo considerado o terceiro município do sul do Brasil em importância econômica e em população.

A cidade foi criada como consequência do loteamento implementado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), fazendo parte de um contexto mais amplo de colonização do norte do Estado do Paraná, onde se planejou a criação de cidades que obedeceriam a funções diferenciadas, de acordo com a sua localização. As cidades

---

<sup>1</sup> Dados do Censo demográfico 2000 do IBGE.

menores foram distribuídas num intervalo de cada 20 Km de distância e a cada 100 Km, foram implantadas cidades com funções centralizadoras. Esta Companhia foi beneficiada por relações de favorecimento dos governos estadual e federal, fato que demonstrava e reforçava o avanço, na época, do capitalismo inglês pelo Brasil<sup>1</sup>.

[...] Apesar do predatório desmatamento, porém graças à fertilidade das terras roxas, a diversos favores oficiais e a um eficiente plano de loteamento, ficaram assegurados os extraordinários lucros dos ingleses (JOFFILY, 1985, p.114).

A cidade de Londrina foi, inicialmente, projetada para comportar 20.000 habitantes, mas este número foi rapidamente superado ainda nos seus primeiros 20 anos de existência (Figura 1). Este plano inicial de Londrina coincide com a área do Centro Principal atual e demonstra a estratégia dos colonizadores da (re)ocupação<sup>2</sup> que projetaram a cidade no alto do divisor de águas dos cursos hídricos dos Ribeirões Cambezinho e Quati, onde as “classes dominantes”, como chama Tomazzi (2000), logo se instalaram nas melhores áreas e trataram de consolidar seu poder com a implementação de estabelecimentos comerciais que abasteciam os trabalhadores que chegavam para o trabalho na construção civil e na agricultura do município.

A primeira rua aberta foi a Rua Heimtal, atual Duque de Caxias, sendo que para Ludovico Surjus, em 1935, o centro de Londrina compreendia o trecho da Rua Heimtal entre a Rua Santa Catarina e Rua Maranhão.

[...] A primeira venda de datas foi feita ao Sr. Alberto Koch, em vinte e oito de novembro de 1930, que adquiriu as datas 1 e 2 da quadra 22, na esquina da Rua Heimtal com a Av. Paraná e a segunda venda foi feita ao Senhor João Oberhauser, data 11 da quadra 22, esquina da Av. Paraná com Mato Grosso. A ocupação inicial concentrou-se nas imediações da Rua Heimtal (Duque de Caxias), Estrada do Sertão (Av. Paraná) e Catedral, justificando-se este fato, pelo sentido da penetração da CTNP, que foi divisória de suas terras, à leste - proximidades da Anderson Clayton (ASARI e TUMA, 1978, p.66).

Portanto, percebe-se que as primeiras ocupações ocorreram na área onde atualmente funcionam as atividades do Centro Principal de Londrina, as quais no início eram voltadas ao abastecimento imediato dos moradores, como alimentação e vestuário. Dentre os primeiros estabelecimentos comerciais, Asari e Tuma (1978) apontam a Casa Central (de

---

<sup>1</sup> Para um maior esclarecimento e detalhamento ver Joffily (1985), no livro intitulado “Londres – Londrina” em que mostra a forte imposição do capital inglês penetrar e se reproduzir na região e Tomazi (2000), em tese de doutoramento que discute criticamente os interesses da CTNP/CMNP, desconstruindo os mitos dos “heróis pioneiros do Norte do Paraná”.

<sup>2</sup> Tomazi (2000) chama atenção para a distinção entre o processo de **ocupação** – o longo período percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada ao norte do Estado do Paraná, desde milhares de anos e que utilizavam o território para provimento de suas necessidades materiais e a **(re)ocupação** – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras consideradas ‘vazias’, ao processo de valorização do capital ou ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

propriedade de David Dequech, que foi o criador e primeiro presidente da Associação Comercial de Londrina), a Casa Combate, Loja Wanderley, Padaria Alemã, Casas Pernambucanas e Casa Fuganti.

Pelos ramos de atuação dos primeiros estabelecimentos detectamos a expressão de uma centralidade de caráter local, que atendia a população que se instalava no município de Londrina.

Concorda-se com Villaça (1998, p.250), para quem há cidades que nascem de forma “tipicamente capitalista”, ou seja, sob a égide do mecanismo de mercado, imperando basicamente nas transações imobiliárias, nos loteamentos e mais tarde no espaço urbano produzido sob o impacto do automóvel, sendo criadas inicialmente com traçado ortogonal das ruas, sem a construção de monumentos por parte do poder público, que leva o próprio autor a associar estas características às cidades do Oeste e Meio-Oeste estadunidense, às cidades canadenses, assim como à Curitiba e Londrina.

### **VALORIZAÇÃO, USO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Com a articulação entre os comerciantes locais, em 1937, foi criada a Associação Comercial de Londrina – ACL, posteriormente chamada de Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, que demonstra, desde o princípio, fortes interesses dos comerciantes em estruturar seus poderes, garantir, exigir e cobrar vantagens junto aos governos municipal, estadual e federal. A ACL serviu como uma forma de união entre os comerciantes que passou a orientar a construção de praças, protestar contra a cobrança exacerbada de impostos, para exigir e cobrar, junto ao Interventor Manoel Ribas, a construção da ponte rodoviária sobre o Rio Tibagi, para fiscalizar as contas da Prefeitura, quando houve ausência da poder legislativo, por ocasião do governo autoritário de Getúlio Vargas e, até mesmo, para “moralizar a zona de meretrício” (SCHWARTZ, 1997). Entre as contestações e reivindicações, sobressaía que:

[...] A maior parte do contingente humano da colonização é de agricultores ex-colonos em fazendas, brasileiros e imigrantes. Mas há também, a tração de uma classe dirigente. Naquele alvorecer, “a mata circundava a urbs, na sua imponência selvática” [...] O desenvolvimento despontava. O comércio florescia. Todos aqui tinham em mente uma única coisa: progredir junto com a cidade (Alberto João Zortéa, citado por SCHWARTZ, 1997).

Pode-se perceber que os participantes da ACIL, unidos em torno de uma causa - “o desenvolvimento de Londrina” - tinham como objetivos tomar proveito e enriquecer junto com a cidade. Para isto, enfrentaram dificuldades junto ao governo estadual, pois eram

consideradas pessoas de fora pelo fato de serem, em grande parte, estrangeiros e imigrantes de outros estados do Brasil. Porém, impulsionados pelo dinamismo inicial e pela euforia do crescimento, iniciaram uma disputa por recursos públicos e pela diminuição da cobrança exagerada de impostos, sendo que por, muitas vezes, desconsideravam o poder do governador do estado e lançavam projetos de emancipação e criação de um estado independente do Norte do Paraná, como se pode verificar a seguir:

[...] Ribas dera uma “mancada” ao trazer do sul o primeiro prefeito (nomeado), o engenheiro Joaquim Vicente de Castro, paranaense filho de um amigo, quando a comunidade queria o pioneiro Carlos de Almeida. Autoridades de Jataí - então sede da comarca – negaram-se a comparecer à posse, alegando que o convite fora dirigido “aos paranaenses”, mas não existia nenhum no lugar. Durante a posse, indagado se queria falar, um cidadão escolhido a esmo respondeu: ‘eu não sou paranaense!’ (SCHWARTZ, 1997, 48).

Com a busca pelo desenvolvimento da região<sup>1</sup>, os membros da ACL, nos anos de 1960, iniciaram uma campanha pela industrialização de Londrina, antecipando, que após a grande geada de 1975, haveria a diversificação no campo. Mais tarde, em 1987, a ACL passou a se chamar Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL (SCHWARTZ, 1997).

Conforme Schwartz (1997), vários presidentes da ACIL se tornaram grandes industriais, porém, a disputa por investimentos com Curitiba continuava e a Associação se fortalecia como o órgão que tinha o poder de contestar em “nome da Região”.

Após a intensificação da migração rural-urbana, e o conseqüente crescimento populacional e espacial da cidade de Londrina, houve a concentração e o fortalecimento das atividades comerciais e prestadoras de serviços, que possuíam uma organização em torno da ACIL, houve uma ampliação na escala de importância dessas atividades, que passaram a atrair pessoas de toda a região, em um raio de aproximadamente 200 Km. Verifica-se, portanto, que Londrina, e mais precisamente o Centro Principal, que concentrava praticamente todos estabelecimentos, possuía uma importância significativa para a região situada ao norte do estado do Paraná.

Portanto, o Centro Principal expressava uma centralidade intra-urbana para toda a cidade de Londrina e uma centralidade interurbana para as cidades próximas de

---

<sup>1</sup> Neste trecho concorda-se com Tomazzi (2000) quando adverte sobre a carga ideológica do termo “Norte do Paraná” por este estar estreitamente vinculado às vitórias das classes dominantes, ou seja, dos vencedores, dos que enriqueceram, dos que exploraram o trabalho da grande maioria de trabalhadores e ainda conquistaram o “status” de heróis desbravadores – pioneiros. Neste texto, utilizaremos o termo região para nos referirmos ao norte do Estado do Paraná.

Londrina<sup>1</sup>. Enfim, esta cidade desempenhava um papel de importância considerável perante a rede urbana do Paraná, possuindo uma articulação com a capital desse estado, por vínculos político-administrativos, e com a capital do Estado de São Paulo, por vínculos econômicos, o que evidencia a herança do processo de (re)ocupação. Destaque-se que a dependência administrativa com relação à Curitiba deve-se aos pedidos de verbas, da concentração das secretarias de governo, como Secretaria de Educação, de Cultura, de Esporte, de Segurança etc. (Pelas características do processo de colonização, conforme já anteriormente destacado, as relações com São Paulo possuíam importância significativa, sendo de grande preocupação por parte do Governo do Paraná, que buscava evitar a deflagração de um movimento separatista)<sup>2</sup>.

Estava, então, consolidada a Cidade de Londrina e, conseqüentemente, seu Centro Principal, mantiveram-se as relações de poder e domínio econômico dessa área até os anos de 1980, devido ao tamanho da cidade, do insuficiente desenvolvimento dos meios de transportes<sup>3</sup>, da baixa diversificação dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e, principalmente, pela concentração dos estabelecimentos comerciais, quase exclusivamente, no Centro Principal. Expressava-se, assim, uma centralidade única, sendo esse o lugar por onde passavam praticamente todos os moradores da cidade, e ao qual todos<sup>4</sup> possuíam, praticamente, o mesmo acesso.

Faz-se, com isso, referência à necessidade de abordar as escalas de centralidade. Para autores que seguem uma linha de interpretação baseada na concepção de estrutura urbana, com uma tendência a considerar a cidade como centralizadora e não a articulação entre esta e as atividades praticadas e seus produtos, verifica-se que admitem a existência de centralidades de diferentes graus, como pode se encontrar nos trabalhos de Walter Christaller (centralidade principal, secundária etc.), nos autores da chamada Escola de Chicago (CBD, CORE) e outros. Porém, não desenvolvem a idéia de que a expressão da centralidade depende e varia de acordo com o poder aquisitivo das pessoas e com a sua participação na sociedade de consumo. Como afirma Villaça (1998, p.242):

---

<sup>1</sup> Para maior aprofundamento da questão, ver tese de doutoramento de Tânia Maria Fresca, 2000, em que se discute a dinâmica da rede urbana do Norte do Paraná.

<sup>2</sup> Esse governo tratou de construir uma estrada de ligação rodoviária entre Curitiba e o Norte do Paraná, e atualmente, no governo de Jaime Lerner, foi criada uma forma de forçar as relações com Curitiba através da criação do chamado “anel de integração”, que consiste em realizar melhorias nas vias rodoviárias que fazem, apenas, conexões entre o Estado do Paraná e a Capital, com recursos oriundos da cobrança de pedágios.

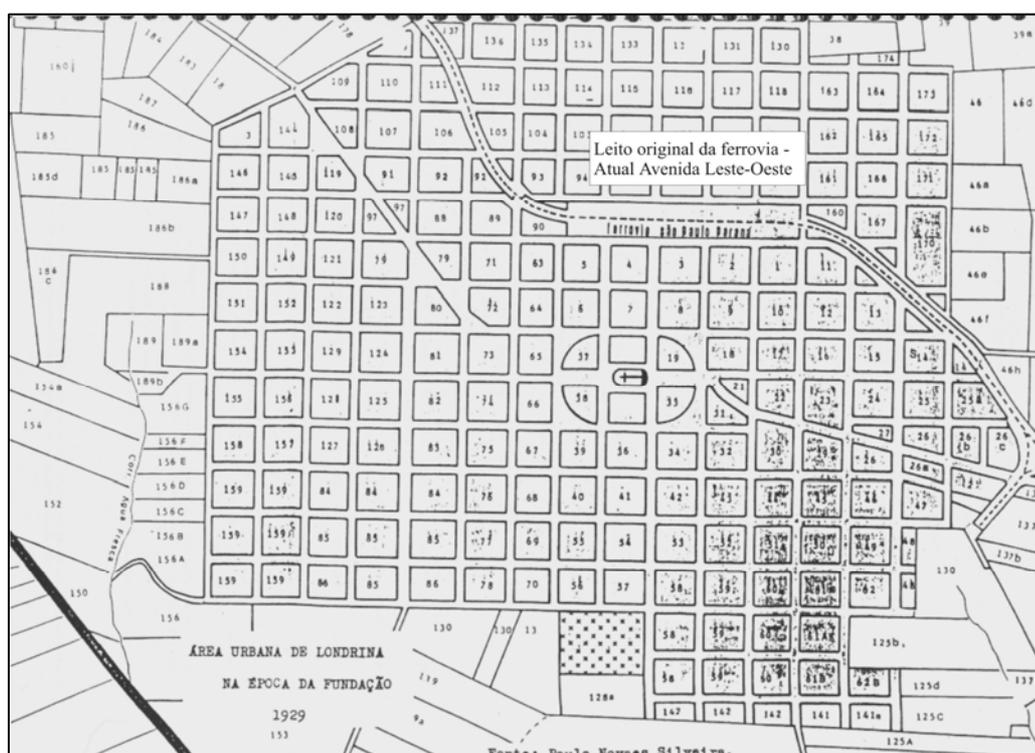
<sup>3</sup> Note-se que pelo baixo desenvolvimento dos sistemas de transportes, coletivo e individual, pela dificuldade da popularização do uso do automóvel, no início da cidade de Londrina, a população necessitava residir em áreas mais próximas do Centro Principal, não havendo condições favoráveis à formação de novas áreas centrais.

<sup>4</sup> É importante esclarecer que havia, desde o início da cidade uma relativa diferenciação da população quanto às classes sociais, e, portanto, quanto ao poder aquisitivo e de qualidade da moradia, gerando diferentes graus de acessibilidade do centro.

[...] As diferentes classes sociais têm condições distintas de acessibilidade aos diferentes pontos do espaço urbano. Têm diferentes condições de manipular a acessibilidade ao centro e a localização do centro em relação a elas. Em tais sociedades, o centro não é mais o ponto que minimiza os deslocamentos de toda a comunidade, pois as diferentes famílias agora têm distintas condições e necessidades de deslocamento.

São essas distinções que fazem com que, sendo objeto de disputa entre as classes, o centro se torne mais acessível a uns do que a outros, através dos mais variados mecanismos: desde o desenvolvimento de um sistema viário associado a determinado tipo de transportes, até o deslocamento espacial do centro e suas transformações.

Portanto, no período de gênese e consolidação do Centro Principal de Londrina, mesmo que houvesse uma atração em escala municipal e regional, as pessoas que o freqüentavam não estavam inseridas em uma mesma escala e nem possuíam as mesmas condições de consumo, ou seja, o mesmo poder aquisitivo, sendo esta marca da diferenciação socioeconômica que já era presente na época. Sintetizando o exposto, pode-se afirmar que o Centro Principal exercia uma centralidade única, pois não se manifestava, ainda, em formas de reestruturação urbana, a dinâmica da fragmentação socioespacial, ainda que as diferenças entre os segmentos socioeconômicos já estivessem presentes nessa área de consumo de bens e serviços.



**Figura 1** – Área urbana de Londrina em 1929. Fonte: Asari e Tuma (1978, p.41).

Na figura 1, observa-se a presença da ferrovia São Paulo-Paraná (eixo onde atualmente se encontra a Avenida conhecida como “Leste-Oeste”<sup>1</sup> que constituiu, por muitos anos, uma barreira na determinação e formação de enclaves, no que se refere aos padrões residenciais, pois se tinha, nitidamente, a diferenciação entre as duas áreas: ao sul da ferrovia, moradia da elite e, ao norte da ferrovia, a moradia da população de baixo poder aquisitivo, sendo essa primeira expressão da segregação no espaço urbano de Londrina. Este fato permaneceu, em parte, no imaginário da população mais antiga, mesmo com a retirada da ferrovia do local, nos anos de 1980, quando foi construída uma avenida que facilitaria a conexão entre as áreas leste e a oeste da cidade.

O rápido crescimento do município de Londrina deveu-se basicamente à forte produção agrícola decorrente, principalmente, da economia cafeeira que gerou uma atração de capitais para essa região e lhe serviu de base econômica até os anos de 1970.

Considerando que, no início da consolidação, não havia, em Londrina, monumentos, tomou-se a iniciativa da construção, por entidades civis e religiosas, dos símbolos da cidade.

Essas construções serviram de reforço à expressão da centralidade do Centro Principal de Londrina, como a Sede da ACL, em 1942, “o prédio mais alto e mais bonito do sertão paranaense” (Alberto Zortéa citado por SCHWARTZ, 1997, p.28), a Catedral da Igreja Católica, que por si expressa uma centralidade por ser a sede de uma arquidiocese, que congrega igrejas dos municípios próximos à Londrina. Essa construção representa uma consolidação das estruturas de poder, já que ela significa o marco do dinamismo da região, sendo uma das “fantasmagorias” descritas por Tomazzi (2000). Um fato interessante que o autor traz à discussão é que a construção da nova catedral, no exato local onde havia sido construída a primeira (1966), deveu-se à necessidade de se mostrar o caráter “dinâmico” e desenvolvimentista da cidade que é considerada como “capital” do “Norte do Paraná” e a catedral representa, como símbolo, o desenvolvimento da “região”, (re)construída para evidenciar que o dinamismo da época dos pioneiros continuaria e se perpetuaria de forma constante, porém, numa nova etapa, na época em que se introduziam novas culturas, construindo a nova catedral em forma de um armazém de trigo, que representava a “modernidade”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Utiliza-se esta denominação mais conhecida devido à existência de vários nomes em partes diferentes da mesma avenida, como: Jacob Bartolomeu Minatti, Arcebispo Dom Gerando Fernandes, Abélio Benatti etc.

<sup>2</sup> É importante ressaltar que não há consenso sobre tal afirmação defendida por Tomazzi, pois Shimba e Uren (s/d), em livro escrito para comemoração dos 65 anos de Londrina, fazem uma avaliação dos edifícios e construções de Londrina, e afirmam que a Catedral de Londrina, possui o formato triangular para evocar a santíssima trindade, tendo sua construção iniciada em 1966 em substituição à antiga catedral de Londrina que apresentava problemas em sua estrutura.

Outro elemento que expressa uma forte centralidade e, ainda, constitui-se como um símbolo do “Centro de Londrina” é o “Calçadão”. Este, quando foi construído (década de 1980), possuía estabelecimentos que atendiam a variadas demandas sociais e numa escala regional, constituindo uma centralidade interurbana com atividades diversificadas. Até o final dos anos de 1980, passear e fazer compras no “Calçadão” era tido como um ato que conferia certo “status” a quem o praticasse.

O Centro Principal de Londrina foi constituído em área que havia sido destinada à formação inicial do núcleo urbano, portanto, uma das áreas mais antigas da cidade, que teve seu processo de consolidação vinculado aos “progressos” que os “desbravadores” alcançavam no cenário da produção agropecuária e imobiliária, sendo uma das expressões do poder das famílias que se sobressaíram economicamente na região e passaram a construir suas residências, de elevado padrão, em tal área, que alcançou rápida valorização<sup>1</sup>. Com isso, temos uma sobreposição, na área central de Londrina, das funções comerciais e de serviços à de moradia das classes de poder aquisitivo elevado, o que reforçou a centralidade de caráter único, porém, seletiva e excludente.

No entanto, ressalte-se que, no início da consolidação do Centro Principal, pelo fato de existirem, relativamente, elevado número de estabelecimentos de comércio de alimentos, havia uma acessibilidade considerável por parte das pessoas de menor poder aquisitivo da cidade de Londrina, da zona rural de seu entorno e dos municípios vizinhos, pois estes, tinham no Centro de Londrina, o maior fornecedor de alimentos e mercadorias de necessidades básicas. Foi a partir do crescimento populacional e territorial da cidade de que foi iniciada uma redefinição no perfil dos estabelecimentos, e conseqüentemente, dos seus freqüentadores.

Com o passar dos anos, sobretudo após o apogeu da economia cafeeira, teve-se uma modificação em tal padrão, pois a classe dominante passou a se mudar para áreas mais distantes e a transformar suas antigas residências em estabelecimentos comerciais e/ou prestadores de serviços, o que propiciou a expansão e diversificação da área que atingiu um grau bastante expressivo de centralidade quando da construção do calçadão. Neste momento (1980), a cidade já apresentava um crescimento considerável, acima de 300.000 habitantes, porém, não havia a constituição de outras áreas centrais o que levou à formação de áreas diferenciadas na própria área central, de acordo com a valorização dos

---

<sup>1</sup> Observe-se que o processo que ocorreu em Londrina, na Avenida Higienópolis assemelha-se muito ao ocorrido na construção dos casarões dos “Barões do Café” na Avenida Paulista em São Paulo, o que constituiu considerável “status” para os seus proprietários. Em Londrina, também houve a saída dos primeiros moradores das casas, porém, estas permanecem conservadas, com a modificação nos usos, passando a funcionar agências bancárias e lojas destinadas à classe média.

terrenos, que coincidia com a proximidade do calçadão ou Avenida Higienópolis - alta valorização - ou proximidade da rodoviária<sup>1</sup> - baixa valorização.

Portanto, o entendimento do Centro Principal de Londrina requer um estudo mais aprofundado das condições históricas e espaciais de sua consolidação e uma análise que explique a diferenciação na territorialização dos estabelecimentos. Novos interesses do setor comercial, de serviços, bens como aqueles de natureza fundiária e imobiliária vêm redefinindo a produção do espaço urbano em Londrina, como em outras cidades brasileiras, gerando o aparecimento de novas áreas centrais, cujos graus de concentração e as escalas de atração de consumidores variam entre si.

O surgimento dessas novas áreas delibera a concorrência e a disputa por consumidores, modificando a própria estruturação do espaço urbano de Londrina, bem como, as áreas que conferem "status" para o consumo e para a função residencial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, para sintetizar o que se apresentou neste artigo, é possível afirmar que houve uma modificação significativa nas dinâmicas que se refletem na estruturação do espaço urbano de Londrina, o que conduz à reflexão a respeito da evolução teórico conceitual do estudo da centralidade urbana, concluindo-se que os primeiros modelos de explicação formulados não são suficientes para analisar as dinâmicas da cidade atual, e, ainda, que as teorias estabelecidas na centralidade dialeticamente móvel, fluida, efêmera e dispersa, também não devem ser aplicadas como se fossem modelos, pois apresentariam limitações no entendimento da dinâmica das cidades em momentos diferentes das cidades contemporâneas, como no início do século XX.

Afirma-se isto, em função de que os estudos relacionados à centralidade devem ter uma vinculação as variações espaço-temporais e, conforme apontou-se no decorrer do artigo, a centralidade do Centro Principal de Londrina não apresentava grandes movimentações escalares, nem tampouco, sociais, pois não havia uma significativa dispersão espacial de meios de consumo coletivo, ou seja, a cidade ainda não tinha passado pelo processo de implosão-explosão, o qual, Henri Lefebvre utiliza para caracteriza o momento de modificação na/da estruturação do espaço urbano.

---

<sup>1</sup> Ressalte-se que se trata do antigo terminal rodoviário de Londrina, construído em 1952 sob o projeto dos arquitetos João Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, desativado em 1988 e tombado pelo Departamento Histórico e Artístico como o primeiro prédio de arquitetura moderna do Estado do Paraná, onde atualmente funciona o Museu de Arte Moderna de Londrina. (Shimba e Uren, S/d).

Pois, o crescimento da cidade de Londrina, assim como a mudança da lógica da produção do espaço urbano e os interesses que a engendram provocam um processo de fragmentação do espaço urbano, decorrente da emergência de áreas que podem ser diferenciadas claramente pelo padrão de rendimento de seus frequentadores e/ou consumidores<sup>1</sup>.

Com isto, depreende-se que, com as alterações na dinâmica do processo de estruturação do espaço urbano, tem-se que realizar inferências que levem em consideração variações espaço-temporais, sobretudo na opção do referencial teórico-metodológico a ser adotado, para não se incorrer em equívocos analítico-conceituais.

## REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luis Augusto de Queiroz. *A teoria do Lugar central: Bases Teóricas e evidências empíricas. Estudo de caso de São Paulo*. São Paulo: IPE, 1982.
- ASARI, Alice Yatiyo e TUMA, Magda M. *Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina*. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 1978.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *O comércio na cidade*. In: Geografia Urbana. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. p.203-364.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. O lugar: Mundialização e Fragmentação. In: SANTOS, Milton et. al. *O novo mapa do mundo. Fim de século e Globalização*. 3ª. Ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOZZANO, Horácio. *Tertorios reales, territorios pensados, territorios posibles. Apotes para una teoria territorial del ambiente*. Buenos Aires: Espacio territorial, 2000.
- CENSO DEMOGRÁFICO. IBGE, 2000.
- CHRISTALLER, Walter. *Os lugares centrais na Alemanha do Sul*. Tradução de Mario Antônio Eufrásio (versão preliminar). São Paulo, 1981. (Mimeo.) (publicação original de 1933).
- CORDEIRO, Helena Kohn. A metodologia e as técnicas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *O centro da metrópole paulistana. Expansão recente*. São Paulo: USP – IG, 1980.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.8, jan./jun. 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: BECKER, Bertha et al. (Org.). *Geografia e Meio ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995a.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1995b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (ORG.) *Caminhos sobre a reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. p.323-359.

---

<sup>1</sup> A dissertação de Mestrado de Ribeiro (2002) contém um estudo sobre o processo de centralização, descentralização e (re) centralização dispersa da cidade de Londrina, na perspectiva da poli(multi)centralidade, analisando, em especial, o Catuaí Shopping Center e a Zona Norte de Londrina.

- FRÚGOLI Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora-Edusp-Fapesp, 2000.
- GEORGE, Pierre. A estrutura do organismo urbano. In: GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. Tradução do grupo de estudos franceses de interpretação e tradução. São Paulo: Difel, 1983. p.74-87.
- GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do urbanismo*. Tradução: Emílio Campos Lima. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- JOFFILY, José. *Londres – Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. 260 p.
- JOHNSON, James H. El centro de la ciudad. In: JOHNSON, James H. *Geografía Urbana*. Tradução de Joan Olivar, Barcelona: Oikos-tau, 1974. p.152-247.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2ª. Ed. Paz e terra, 1993. 204 p.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.
- MÜLLER, Nice Leccocq. *A área central da cidade*. In: AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana*. Vol III. Aspectos da metrópole paulista. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1958. pág.121 a 182.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte, 1965.
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane. Contexto urbanizado e efeitos de estrutura social. In: \_\_\_\_\_. *A cidade: rumo a uma nova definição?* Tradução de José Domingues de Almeida. Porto: Afrontamento, 1992. p.113-144.
- RIBEIRO, William da Silva. *Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina*. 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.
- SALGUEIRO, Tereza Barata. Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. *Território/Laget*, UFRJ. Ano 3, n.4. Rio de Janeiro. p.39-54, jan/jun 1998.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SCWARTZ, Wilson. *Poder Emergente no Sertão*. Londrina: Midiograf, 1997.
- SHIMBA, Otávio Yassuo; UREN, Flavio Enrique da Rosa. Londrina: Cidade Cenário. Londrina: Midiograf, s/d.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Novas Formas Comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana*. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: UNESP, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A urbanização da sociedade: Reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais*. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Org.). *O Espaço no Fim de Século. A nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p.83-99.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do Território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: *Território/Laget*, UFRJ. Ano 3, n.4, jan/jun. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p.27-38.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. 8ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*. Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo, 1991. v.10.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TOMAZZI, Nelson Dacio. "*Norte do Paraná*" *Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. 338p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois Séculos de Pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte Urbano, espaço e eqüidade: análise das políticas públicas*. São Paulo: Editora Unidas, 1996.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.